

Pequenos agricultores rejeitam proposta ruralista

Eles querem "voz própria" para debater mudanças no Código Florestal

SANDRA SATO

BRASÍLIA – Os pequenos agricultores têm propostas próprias e não aceitam ser representados pelos ruralistas no debate das mudanças no Código Florestal. "A bancada ruralista defende os interesses dos pequenos", garante a deputada Kátia Abreu (PFL-TO). Não é o que pensa o diretor de Política Agrícola da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Airton Faleiro. "Os ruralistas fazem discurso em nosso nome para favorecer os grandes."

Até o semestre passado, os pequenos agricultores não tinham voz própria na polêmica entre ambientalistas e ruralistas em torno do Código Florestal. "Os pequenos agricultores são a nova pedra no tabuleiro", afirma o diretor de Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Raimundo Deusdará.

Esta semana, a Contag colocou-se a campo para competir com o projeto do deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), que deverá ser votado no dia 4. A entidade busca apoio do ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e de instituições ambientalistas como o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Greenpeace e o Instituto Socioambiental.

Na Amazônia Legal, a Contag quer que latifundiários sejam obrigados a preservar 80% da fazenda e os pequenos agricultores, 50%. Mas concorda em elevar a área da reserva legal nas propriedades menores em troca de incentivos do governo. Faleiro observa que, por menor que seja a propriedade, é necessário garantir uma área para preservação ambiental. Ele adverte que a proposta de Micheletto abre brecha para zerar

PROPOSTAS PARA O CÓDIGO			
Tamanho da Reserva Legal			
MP 2.166	Micheletto	Proposta da Contag	Emenda dos ruralistas
80% em área de floresta na Amazônia Legal, 35% em área de cerrado na Amazônia Legal e 20% nas demais regiões.	80% na área de floresta na Amazônia Legal, 20% no restante do País.	80% para propriedades na Amazônia, pode cair a 50% no caso das pequenas propriedades; 50% para grandes e médias no cerrado da Amazônia Legal e 35% para as pequenas situadas nessa região. O índice de 20% vale para o restante do País.	50% da cobertura florestal na Amazônia Legal e 20% no resto do País.
Micheletto		MP	Proposta da Contag
Alteração de tamanho			
O ZEE pode ser feito até por prefeituras e não impõe limite para a redução. Numa hipótese extrema significará zerar a reserva legal.		Diz que a realização do ZEE é de competência do Executivo e a reserva legal poderá ser reduzida ou aumentada, no máximo, em 50%.	O ZEE servirá apenas para ampliar em até 50% a área de reserva legal.
Plantio			
Permite recompor reserva legal com o plantio de espécies exóticas, como o eucalipto.		Determina o plantio apenas de espécies nativas na recomposição das áreas de preservação.	Abre exceção para os pequenos agricultores que poderão compor a reserva com árvores frutíferas e ornamentais em consórcio com as nativas.
Recuperação			
Libera da recuperação de reserva legal proprietários que desmataram a área para comprovar posse e também aqueles que doaram terras para parques e reservas indígenas.		Cria moratória de 30 anos para a recomposição da reserva legal apenas quando há doação de terras para unidades de conservação ambiental.	Os pequenos agricultores poderão recompor a reserva em até 30 anos, com ajuda técnica do governo
Superposição			
Permite somente áreas de preservação permanente com a reserva legal.		Pode ocorrer se a soma da reserva e a área de preservação exceder em 80% o total de propriedades na Amazônia Legal, em 50% nas demais regiões e em 20% na pequena propriedade.	A Contag libera da obrigação quem fizer doações de área para constituição de unidades de conservação.

a reserva legal, mesmo estipulando a preservação de 80% das fazendas na Amazônia.

Para Micheletto, os percentuais de reserva legal poderão ser reduzidos por Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), estudo que avalia o melhor uso da terra. Como não há limite para a redução e até prefeituras estariam habilitadas a fazer o ZEE, a obrigatoriedade de se manter uma reserva legal na propriedade pode cair facilmente, explica Faleiro. "Esses 80% são fictícios." Para

ele, se os critérios do zoneamento não forem padronizados nacionalmente, os grandes proprietários farão pressão para garantir mais desmatamentos. "Para eles, a floresta é inimiga do desenvolvimento", completa Faleiro.

A bancada ruralista se uniu à bancada da Amazônia no Congresso. Juntas, vão apresentar emenda para reestabelecer o desmatamento de até metade da propriedade na Amazônia Legal, como estava no Código em sua edição de

1965.

A deputada Kátia Abreu revela que Micheletto tem argumentado que a preservação de 80% na Amazônia já virou algo "emblemático, de difícil acordo" para os ambientalistas e que não seria problema mantê-lo no texto pela possibilidade de redução via ZEE. Mas os ruralistas não aceitam. "É o mesmo que você pagar por um apartamento de três quartos e receber um imóvel de dois quartos", compara Kátia. Ela insiste que apenas 23% da Amazônia está na mão de particulares e que, se a região está sendo desmatada por incompetência do órgão fiscalizador, não são os proprietários que devem ser punidos.

CONTAG
 NÃO APÓIA
 PROPOSTA DE
 MICHELETTO